

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.565 - RS (2019/0231686-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - EM LIQUIDAÇÃO**
ADVOGADOS : **MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529**
 LUCIANO DA CAS SIMA E OUTRO(S) - RS054193
 RODRIGO VIEGAS - RS060996
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE IJUÍ - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE IJUÍ - RS**
INTERES. : **JOSÉ OLIVIO RODRIGUES**
ADVOGADO : **ROGERIO DE BORTOLI KELLER - RS029238**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE COOPERATIVA E JUÍZO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DE TODAS AS EXECUÇÕES AJUIZADAS CONTRA A SOCIEDADE COOPERATIVA PELO JUÍZO UNIVERSAL DA LIQUIDAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO INDICADO. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE COOPERATIVA. RECONHECIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência arguido por Cotrijui - Cooperativa Agropecuária e Industrial - Em Liquidação, em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí - RS e o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí - RS.

Noticia a suscitante ser sociedade cooperativa que se encontra em liquidação judicial, cujo processo (de n. 016/1.18.0000125-6) tramita perante o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí/RS, no qual o administrador judicial, ao proceder à apuração de ativos e passivos, para posterior realização do ativo e pagamento do passivo, de acordo com a ordem legal de pagamentos, tem encontrado dificuldades, notadamente em razão de ordens judiciais provenientes de outros juízos, que não o Juízo universal da liquidação judicial, tendentes à expropriação de bens.

Superior Tribunal de Justiça

Narra que, em razão de tal circunstância, requereu ao Juízo trabalhista a suspensão de todas as ações e execuções que correm contra a cooperativa, o que foi indeferido. Ressalta, porém, que, em agravo de instrumento, o Desembargador relator do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu efeito ativo ao recurso, até o julgamento final, para determinar a suspensão das ações propostas contra a cooperativa, o que inclusive foi estendido às controladas da Cotrijui, em sucessivos embargos de declaração, nos seguintes termos, respectivamente (e-STJ, fls. 65-66):

[...] Nos termos do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, ainda que em juízo sumário, compreendo que o indeferimento do pedido de prorrogação da suspensão das execuções previstas no art. 76 da Lei 5.764/71, ainda que injustificada a demora para conclusão do levantamento dos ativos e passivos, é medida que pode causar lesão grave ou de difícil reparação em razão dos inúmeros atos constritivos decorrentes das ações que voltaram a ter andamento normal, o que pode inviabilizar o pagamento dos credores, motivo pelo qual antecipo os efeitos da tutela recursal para determinar a suspensão das ações propostas em face da cooperativa até julgamento do mérito recursal.

[...] Com razão a parte embargante, os efeitos da tutela concedida devem ser estendidos às controladas da Cotrijui - Cooperativa Agropecuária & Industrial pelos motivos já delineados na decisão embargada.

Aduz que, não obstante a decisão ter sido levada ao conhecimento do Juízo laboral, a ele sendo submetido o pedido de suspensão da execução trabalhista (Processo n. 0150600-96.2007.5.04.0601), este foi indeferido, nos termos dos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 28-29):

Embora tenha havido determinação de suspensão no Juízo cível, no presente feito não foi suscitado conflito de competência. Em razão disso, indefiro o pedido de suspensão requerido pela demandada.

Nesse contexto, afirma encontrar-se devidamente caracterizado o conflito, havendo de prevalecer a competência do Juízo universal da liquidação judicial.

Em face disso, argumenta que, "para viabilizar a ultimação do concurso de credores, o art. 76, da Lei n. 5.764/71 prevê a suspensão de todas as ações que correm

Superior Tribunal de Justiça

contra a cooperativa" (e-STJ, fl. 10). Ressalta, assim, que "a jurisprudência do STJ já reconheceu que com a liquidação judicial de cooperativa se tem a formação do juízo universal" (e-STJ, fl. 10), o qual se afigura competente para "decidir sobre a destinação dos bens do devedor, de modo que as execuções individuais trabalhistas devem ser suspensas, em observância à decisão proferida por aquele juízo" (e-STJ, fl. 14).

Requer, assim, liminarmente, "seja deferida a tutela provisória de urgência, com fundamento no art. 300 e seguintes, do NCPC, para o fim de determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pela Vara do Trabalho de Ijuí (RS), no processo n. 0150600-96.2007.5.04.0601, determinando a comunicação desta decisão aos respectivos Juízos, designando-se, provisoriamente, o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí (RS), para as providências urgentes" (e-STJ, fl. 21).

Ao final, pugna pelo acolhimento do presente incidente, para reconhecer a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí - RS, decretando-se a invalidade dos atos já praticados pelo juízo incompetente.

Às fls. 169-172 (e-STJ), foi deferido o pedido de liminar, por decisão desta relatoria, a fim de "determinar a imediata suspensão do andamento da Ação de Execução trabalhista de n. 0150600-96.2007.5.04.0601, em curso perante o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí - RS, inclusive em relação a eventuais atos de constrição patrimonial que já tenham sido realizados", bem como para designar "o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí - RS, para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes".

Foram prestadas informações pelo Juízo trabalhista (e-STJ, fl. 182).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí - RS (e-STJ, fls. 185-188).

Brevemente relatado, decido.

Efetivamente, na linha dos precedentes desta Corte de Justiça, que cuidaram especificamente da matéria posta, compete ao Juízo universal da insolvência, em que se processa a liquidação de sociedade cooperativa, proceder à reunião e ao julgamento dos créditos advindos de execuções individuais, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo

Superior Tribunal de Justiça

se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens.

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Liquidação judicial. Execução trabalhista. - Devem ser remetidos ao juízo universal da insolvência, onde tramita a liquidação de sociedade cooperativa, os processos de execução individual, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens, Art. 71 da Lei 5764/71; art. 762 do CPC. - Conflito conhecido e declarada a competência do juízo da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes, São Paulo. (CC 32.687/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, DJ de 27/8/2001)

LIQUIDAÇÃO JUDICIAL - CONCURSO UNIVERSAL DE CREDITORES - SUBMISSÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - NECESSIDADE. A execução de crédito trabalhista deve ser feita no juízo em que se processa a liquidação de cooperativa, sendo necessária a sua habilitação ao juízo universal. Exegese do art. 23, caput, da Lei de Falência. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes-SP, o Suscitante. (CC 28996 / SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Primeira Seção, DJ de 12/6/2000).

Na hipótese dos autos, o Juízo trabalhista, em decisão datada de 9 de julho de 2019, determinou o prosseguimento do feito executivo, a despeito da determinação de suspensão dos processos executórios, exarada pelo relator do agravo de instrumento, em 20 de março de 2018, a caracterizar, a princípio, o conflito ora indicado, com prevalência da competência do Juízo universal em que se processa a liquidação da sociedade cooperativa, nos termos dos precedentes citados.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí - RS para a realização de qualquer ato processual que adentre no patrimônio da cooperativa suscitante, nos autos do processo de n. 0150600-96.2007.5.04.0601, em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí - RS.

Dê-se ciência aos juízos suscitados.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

